

PHILLIP GIL FRANÇA

ATO ADMINISTRATIVO E INTERESSE PÚBLICO

Gestão pública, controle judicial e
consequencialismo administrativo

2.ª edição revista, atualizada e ampliada

Prefácios:

VASCO PEREIRA DA SILVA

GISELA MARIA BESTER

ANÁLISE DE CASOS
PRÁTICOS SOBRE:

- Nepotismo
- Fornecimento de medicamentos de alto custo
- PPPs e Tribunais de Contas



THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

Resumo de Ato Administrativo e Interesse Público. Gestão Pública, Controle Judicial e Consequencialismo Administrativo

O ato administrativo enquanto atividade administrativa estatal visa propiciar o necessário desenvolvimento emancipatório e o desenvolvimento nacional sustentável; Foi incluído um capítulo dedicado ao estudo de casos práticos que melhor ilustram sua tese de “direito administrativo consequencialista”, enfrentando de frente a análise de casos sobre o reprovável, mas ainda mais vivo do que nunca nepotismo na seara da Administração Pública brasileira, e, igualmente, sobre o fornecimento estatal de medicamentos de alto custo, e as Parcerias Público-Privadas.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)